

Sumário

COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO	5
APRESENTAÇÃO À 8ª EDIÇÃO	7

PARTE I

A FUNÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E ESPECIALMENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – DA REVOLUÇÃO FRANCESA ATÉ NOSSOS DIAS

1. A FUNÇÃO JURISDICIONAL E O ORDENAMENTO JURÍDICO	21
1.1. Considerações gerais	21
1.2. Vinculação da decisão judicial à lei, ao longo da história	22
1.3. Tripartição de poderes e o positivismo jurídico	31
1.4. A relevância crescente do papel do Poder Judiciário	33
1.5. A necessidade de motivação das decisões judiciais	37
2. AS FUNÇÕES DO DIREITO, TENDO EM VISTA AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE ...	47
2.1. A evolução da sociedade e o sistema jurídico	48
2.2. A dogmática tradicional e sua insuficiência	52
2.3. Sobre as contemporâneas teorias da argumentação jurídica	57
2.4. A tópica como argumentação jurídica	61
2.5. O sistema jurídico como sistema aberto	64
2.6. Segurança jurídica como previsibilidade – <i>civil law</i> e <i>common law</i> , lado a lado	67
3. O JUDICIÁRIO COMO CONCRETIZADOR DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	79
3.1. A atuação jurisdicional fundada em princípios jurídicos	79
3.1.1. Evolução do papel dos princípios	79
3.1.2. Caráter normativo dos princípios	83
3.1.3. Princípios e regras jurídicas – características essenciais	84
3.1.4. De onde vêm os princípios jurídicos?	87
3.1.5. Resolução de casos difíceis com base em princípios – princípios opostos e princípio da proporcionalidade	89
3.2. O juiz como agente de concretização dos direitos fundamentais	96
3.2.1. Princípios e direitos fundamentais na Constituição Federal	96
3.2.2. Natureza dos direitos fundamentais	97
3.2.3. Consequências da expressa consagração, no plano constitucional, dos direitos fundamentais	100
3.3. Princípios e direitos fundamentais e a segurança jurídica – o <i>ethos</i> dominante	102

PARTE II

A PARTICIPAÇÃO ATIVA DO PODER JUDICIÁRIO NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO

4.	A CRIATIVIDADE JUDICIAL. COMO SE DÁ A VINCULAÇÃO DO JUIZ À LEI E COMO SE HARMONIZA COM A SUA LIBERDADE EM DECIDIR.....	109
4.1.	O princípio da legalidade, tal como deve ser compreendido contemporaneamente ...	109
4.2.	Quando pode, o Judiciário, ser criativo?	113
4.2.1.	O problema da evolução do direito – Os ambientes decisoriais – O efeito surpresa	119
4.2.2.	Flexibilização e evolução do direito no <i>civil law</i> – Tarefa da jurisprudência? – Ambientes decisoriais – Técnicas da lei – Perigo de dispersão – Uniformização por identidade essencial (mesma <i>ratio decidendi</i>) – Limites à liberdade do juiz.....	122
4.2.3.	Padrões internacionais são bem-vindos?	134
4.2.4.	Um <i>ethos</i> dominante mundial?.....	142
4.3.	A criatividade do juiz em face da necessidade de neutralidade	143
4.4.	Liberdade do juiz ou liberdade do Judiciário?	146
4.4.1.	Há uma única decisão correta para cada caso?	148
4.5.	Decisões diferentes para casos idênticos: afronta ao princípio da legalidade? – Pressupostos da necessidade de respeito aos precedentes também no <i>civil law</i> – A deformação – O sistemático desrespeito – O descrédito do Poder Judiciário.....	157
4.5.1.	Sobre o <i>common law</i> – <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i> – Necessidade de interpretação dos precedentes.....	165
4.6.	O que torna casos iguais? Para fins de uniformização e de respeito a precedentes....	173
4.6.1.	Deve-se uniformizar a jurisprudência e respeitar precedentes quando a <i>ratio</i> é a mesma – Casos semelhantes e não idênticos, do ponto de vista fático ...	178
5.	O CONCEITO VAGO OU INDETERMINADO, TAL COMO DEVE SER ENTENDIDO EM NOSSOS DIAS	185
5.1.	Função dos conceitos vagos ou indeterminados.....	185
5.2.	Estrutura dos conceitos vagos ou indeterminados.....	187
5.3.	Possibilidade de transformação do conceito, de vago, em preciso.....	188
5.4.	Como se opera a <i>subsunção</i> diante de conceitos vagos?	192
6.	CLÁUSULAS GERAIS.....	195
6.1.	Papel das cláusulas gerais.....	195
6.2.	Análise de algumas cláusulas gerais importantes, no direito contemporâneo.....	198
6.2.1.	Função social da propriedade	198
6.2.2.	Função social do contrato	200
6.2.3.	A boa-fé objetiva	202
6.3.	A liberdade do juiz e as cláusulas gerais	204

7.	LIBERDADE DO JUIZ E DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL.....	209
7.1.	A desvinculação da ideia de discricionariedade administrativa e liberdade do juiz....	209
7.2.	Existe discricionariedade judicial no sentido em que a expressão é usada em países de <i>civil law</i> ?	216
7.3.	Discricionariedade judicial diante de princípios jurídicos, de conceitos vagos ou indeterminados e de cláusulas gerais	218
8.	A NOVA FUNÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	223
8.1.	A importância da estabilidade da sua jurisprudência – A vinculação horizontal	231

PARTE III

JURISPRUDÊNCIA, SÚMULAS E PRECEDENTES VINCULANTES

9.	A RELEVÂNCIA DA JURISPRUDÊNCIA, DAS SÚMULAS E DOS PRECEDENTES NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	245
9.1.	Súmula vinculante.....	256
9.1.1.	Brevíssimo histórico	256
9.1.2.	A EC 45/2004 e a Lei 11.417/2006.....	263
9.1.3.	Objeto da súmula vinculante	264
9.1.4.	Competência para a criação da súmula vinculante	269
9.1.5.	Legitimidade para a proposição de súmula vinculante.....	269
9.1.6.	Efeitos da súmula vinculante.....	270
9.2.	A vinculatividade (força normativa) da jurisprudência e dos precedentes no Código de Processo Civil	273
9.2.1.	Aplicação dos precedentes – Recomendação 134 do CNJ	276
9.2.2.	Adequação de decisão, ainda não transitada em julgado, a precedente vinculante posterior à sua prolação ou a julgamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade	278
9.3.	O que entendemos como “precedentes à brasileira”? Afastamento da tradição do <i>civil law</i> ?	286
9.4.	Inconstitucionalidade?	298
9.5.	Precedentes, <i>ratio</i> e tese.....	303
9.5.1.	Recursos repetitivos – Recurso extraordinário e recurso especial.....	306
9.5.1.1.	Generalidades.....	306
9.5.1.2.	Natureza jurídica e escopo	308
9.5.1.3.	Regime jurídico	315
9.5.1.4.	Efeitos	318
9.5.2.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	323
9.5.3.	Assunção de competência.....	345
9.6.	Reclamação.....	350

9.6.1.	Resolução 03/2016 do STJ e a competência para julgar reclamações propostas para dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	351
9.6.2.	Reclamação no Código de Processo Civil de 2015.....	353
9.7.	Alteração da jurisprudência: características, efeitos e instrumentos processuais relacionados	368
9.7.1.	Generalidades.....	368
9.7.2.	Aspectos importantes para a compreensão do significado de alteração da jurisprudência.....	369
9.7.3.	A ação rescisória	379
9.7.4.	A modulação	386
9.7.4.1.	Quem pode modular? Qual o momento em que se deve decidir sobre a modulação?.....	393
9.7.4.2.	<i>Quorum</i> diferenciado?	397
9.7.4.3.	Necessidade de manifestação de todos os integrantes do órgão colegiado.....	398
9.7.4.4.	Modulação a favor do Estado?	399
9.7.4.5.	Embargos de declaração.....	400

PARTE IV.
RECURSO EXTRAORDINÁRIO E
RECURSO ESPECIAL – NÚCLEO COMUM

10.	AS ORIGENS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DO RECURSO ESPECIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS	405
10.1.	O federalismo norte-americano, a Suprema Corte e o <i>writ of error</i>	408
10.1.1.	O Estado liberal, a Revolução Francesa e a cassação civil	411
10.1.2.	O Supremo Tribunal Federal, o tipo de Estado e o sistema político brasileiros.....	413
10.1.2.1.	O modelo vigente até 1988	413
10.1.2.2.	O modelo vigente após a criação do Superior Tribunal de Justiça – o recurso especial	416
11.	OS ESCOPOS DOS RECURSOS PARA TRIBUNAIS DE CÚPULA.....	421
11.1.	Funções clássicas.....	421
11.1.1.	Função nomofilática	421
11.1.2.	Função uniformizadora.....	424
11.2.	Funções contemporâneas.....	427
11.2.1.	Função dikelógica.....	428
11.2.2.	Da função paradigmática à função normativa	430

12. NOÇÕES GERAIS ACERCA DOS FUNDAMENTOS E HIPÓTESES DE CABIMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	439
12.1. Função uniformizadora de ambos os recursos – “dissídio jurisprudencial”	441
13. PREQUESTIONAMENTO.....	447
13.1. Noções gerais: origem e função do prequestionamento.....	447
13.2. Prequestionamento e descrição dos fatos na decisão recorrida.....	452
13.3. Regras do Código de Processo Civil de 2015 que interferem no prequestionamento	454
13.3.1. Fundamentação das decisões	454
13.3.2. Embargos de declaração	455
13.3.3. O voto vencido	455
13.4. Distinção entre questões federais constitucionais e infraconstitucionais	456
14. QUESTÃO DE DIREITO E QUESTÃO DE FATO	461
14.1. A distinção entre questão de fato e questão de direito	461
14.2. Reexame e reavaliação da prova	469
14.3. Controle das cláusulas contratuais por remédios de estrito direito	471
14.4. O controle da subsunção dos fatos à norma, quando se trata de dispositivo que contenha conceito vago em sua formulação ou quando se trata de <i>cláusula geral</i> ...	476
14.5. Desrespeito a princípios jurídicos – é questão de direito?	479
14.6. A função dos recursos extraordinário e especial e a possibilidade de se abrir uma “brecha”.....	482
14.7. A relevância dos fatos para as decisões dos Tribunais Superiores – fatos “legislativos”	485
14.8. <i>Os amici curiae</i>	497
14.9. As audiências públicas	505
15. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS	511
15.1. Decisão de única ou última instância	511
15.1.1. Decisão “final”	511
16. EXCESSOS QUANTO À INTERPRETAÇÃO DOS REQUISITOS DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS – A JURISPRUDÊNCIA “DEFENSIVA”.....	513
16.1. Contextualização	513
16.2. Soluções relacionadas à tempestividade.....	515
16.3. Soluções relacionadas à regularidade formal.....	517
16.4. Soluções relacionadas ao preparo	521
16.5. Solução quanto ao objeto do recurso excepcional: <i>conversão</i>	523
17. EFEITOS	527
17.1. Efeito obstativo	527
17.2. Efeito substitutivo	528

17.3.	Efeito devolutivo.....	528
17.4.	Efeito translativo	539
17.5.	Efeito suspensivo	542
18.	TEMAS RELATIVOS À PREPARAÇÃO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	547
18.1.	Dever de declaração do voto vencido	547
18.2.	Embargos de declaração indevidamente inadmitidos – “Prequestionamento” <i>ficto</i> ?....	550
18.3.	Dever de fundamentação – Extensão	552

PARTE V

FILTROS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

19.	OS FILTROS – REPERCUSSÃO GERAL E RELEVÂNCIA	559
19.1.	Crises dos recursos extraordinário e especial e tentativas de superação	559
19.2.	A tendência mundial de criação de filtros para o acesso de recursos aos tribunais de cúpula – Aspectos gerais	567
19.3.	Sobre alguns filtros, agora individualmente considerados	580
19.3.1.	Estados Unidos: <i>writ of certiorari</i>	580
19.3.1.1.	Histórico da discricionariedade judicial nos EUA.....	580
19.3.1.2.	Procedimento do <i>writ of certiorari</i>	584
19.3.1.3.	A “teoria do indício” (<i>cue theory</i>) e outros estudos sobre critérios utilizados pela Suprema Corte para concessão do <i>certiorari</i>	586
19.3.1.4.	Os provimentos da Suprema Corte (<i>Rules of the Supreme Court</i>) ...	588
19.3.1.5.	A relevância das questões discutidas no caso como critério para exame da Suprema Corte.....	589
19.3.2.	Alemanha: significação fundamental da questão de direito (<i>Rechtssache grundsätzliche Bedeutung</i>) discutida no recurso de revisão	590
19.3.2.1.	A admissibilidade da <i>revisão</i> antes da reforma de 2001	592
19.3.2.2.	A admissibilidade da <i>revisão</i> após a reforma de 2001	593
19.3.3.	Argentina: o <i>certiorari</i> argentino introduzido pela Lei 23.774	594
19.3.3.1.	Generalidades.....	594
19.3.3.2.	As hipóteses de rejeição do recurso extraordinário com base no art. 280	597
19.3.3.2.1.	Ausência de lesão federal suficiente.....	597
19.3.3.2.2.	Questões insubstanciais.....	598
19.3.3.2.3.	Transcendência das questões discutidas no recurso.....	598
19.3.3.3.	Crerios utilizados na Argentina	599
19.3.3.3.1.	Transcendência das questões constitucionais	600
19.3.3.3.2.	Transcendência das questões infraconstitucionais... ..	600

19.3.4.	Outros países	601
19.3.4.1.	Inglaterra: a seleção de casos autorizada pela Lei de 1934.....	602
19.3.4.2.	Canadá: a Lei de 1974 e a restrição da jurisdição recursal obrigatória	603
19.3.4.3.	Austrália: os <i>critérios</i> instituídos em 1984 para a concessão de licença especial para recorrer	603
19.3.4.4.	Japão: o modelo introduzido pelo Código de Processo Civil de 1996	604
19.4.	Repercussão geral – Considerações gerais	605
19.4.1.	Natureza jurídica.....	605
19.4.2.	Filtro de natureza jurisdicional e não política.....	608
19.4.3.	Repercussão geral e interesse social.....	611
19.4.4.	Duas dimensões: objetiva e subjetiva	612
19.4.5.	Conceito de repercussão geral	616
19.4.6.	Art. 1.035, § 3º, do CPC – Repercussão geral presumida	619
19.5.	A relevância – Considerações gerais.....	620
19.5.1.	Natureza jurídica: a relevância da questão é, ao mesmo tempo, requisito essencial e formal de admissibilidade do recurso especial	625
19.5.2.	A necessidade de regulamentação.....	627
19.5.3.	Não cumulatividade entre os §§ 2º e 3º do art. 105, CF.....	629
19.5.4.	Art. 105, § 3º, CF – Relevância presumida	630
19.5.4.1.	Ações penais, de improbidade e que levem à inelegibilidade	631
19.5.4.2.	Valor da causa	633
19.5.4.3.	Jurisprudência dominante	635
19.5.5.	Uma questão relevante ou todas as questões relevantes?	637

PARTE VI

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL

20.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	641
20.1.	Juízo de admissibilidade	641
20.1.1.	Cabimento.....	642
20.1.1.1.	Causas decididas e prévio exaurimento das instâncias ordinárias	647
20.2.	Processamento.....	651
20.2.1.	Competência para o primeiro juízo de admissibilidade e recursos cabíveis ...	651
20.2.2.	Repercussão geral	655
20.2.2.1.	Presumida	656
20.2.2.2.	Efeito especial do reconhecimento da repercussão geral – suspensão dos processos em curso.....	657

20.2.2.3. Âmbito de eficácia da decisão que considera ausente a repercussão geral	657
20.3. Inadmissão do recurso extraordinário com base no art. 1.030, V, e nas demais causas de inadmissibilidade (art. 1.042, <i>caput</i>) – O problema dos dois agravos.....	657
20.4. Negativa de seguimento do recurso extraordinário com base no art. 1.030, I, 'a', parte final, do CPC (art. 1.030, § 2º)	663
20.4.1. Procedimentos diferenciados	667
20.5. Juízo de mérito do recurso extraordinário	674
20.6. Efeitos vinculantes e eficácia <i>erga omnes</i> – Controle difuso e controle concentrado	678
21. RECURSO ESPECIAL.....	685
21.1. Juízo de admissibilidade	685
21.1.1. Cabimento.....	687
21.1.2. Causas decididas e prévio exaurimento das instâncias ordinárias	688
21.2. Processamento.....	689
21.2.1. Relevância da questão federal infraconstitucional	689
21.2.1.1. Presumida	691
21.2.1.2. Efeito especial do reconhecimento da relevância da questão federal infraconstitucional – suspensão dos processos em curso.....	691
21.2.1.3. Âmbito de eficácia da decisão que considera ausente a relevância.....	693
21.3. Inadmissão do recurso especial com base no art. 1.030, V, e nas demais causas de inadmissibilidade (art. 1.042, <i>caput</i>).....	694
21.4. Negativa de seguimento do recurso especial com base no art. 1.030, I, 'c', parte final, do CPC (art. 1.030, § 2º)	696
21.5. Procedimento previsto no Regimento Interno – A Corte Especial	702
21.6. Juízo de mérito do recurso especial	706

PARTE VII

SITUAÇÕES QUE ENVOLVEM AMBOS OS RECURSOS

22. INTERPOSIÇÃO CONJUNTA DE RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO – GENERALIDADES.....	711
22.1. Prejudicialidade do recurso extraordinário em relação ao recurso especial.....	712
22.2. Fundamento suficiente – Necessidade de interposição de ambos os recursos	714
22.3. A ordem “normal”	718
23. A IMPLICAÇÃO, QUANTO À ADMISSIBILIDADE, DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM RELAÇÃO AO ESPECIAL E VICE-VERSA – REPERCUSSÃO GERAL E RELEVÂNCIA	721
23.1. O redirecionamento – Questões que são, simultaneamente, constitucionais e infraconstitucionais.....	726

PARTE VIII TECNOLOGIA

24.	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES	737
24.1.	Informatização, automação e inteligência artificial no Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça	741
24.1.1.	Contextualização.....	741
24.1.2.	O avanço tecnológico no Supremo Tribunal Federal: Plenário Virtual para a apreciação da repercussão geral e Projeto Victor	742
24.1.3.	O avanço tecnológico no Superior Tribunal de Justiça: sistemas Athos, Sócrates e Logos	746
24.1.4.	Ressalvas necessárias à automação do processo decisório.....	755

PARTE IX EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL

25.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA: UMA FORMA DE ERRADICAR DIVERGÊNCIAS <i>INTERNA CORPORIS</i>	765
25.1.	Razão de ser.....	765
25.2.	Restrições ao seu cabimento, à luz do Código de Processo Civil de 1973.....	767
25.3.	As novas feições dos embargos de divergência	768
25.4.	Desnecessidade de que os fatos sejam absolutamente idênticos	772
25.5.	Procedimento	779
25.6.	Embargos de divergência geram precedente vinculante?	784
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E CITADA	787
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	829
	PROPOSTA DE PROJETO DE LEI – FILTRO DE RELEVÂNCIA.....	847